

# A GRAMÁTICA DO COMPORTAMENTO: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de MARCELINO DE CARVALHO

João Muniz Junior<sup>(\*)</sup>

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar um modelo de formação do papel social da mulher a partir das convenções de civilidade dos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho: *Guia de Boas Maneiras, Só para homens e Snobérrimo*.

**Palavras-chave:** Mulher. Homem. Manual de Etiqueta. Marcelino de Carvalho.

## Abstract

This work aims to analyze a model of formation of the social role of women from the conventions of civility manuals of etiquette Marcelino de Carvalho: *Guia de Boas Maneiras, Só para homens e Snobérrimo*.

**Keywords:** Woman. Man. Etiquette Manual. Marcelino de Carvalho.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1960 e 1970, o jornalista paulista Marcelino de Carvalho (1905-1978), não só foi um grande “cronista social” no Brasil como também se tornou uma referência na “arte das boas maneiras”, sendo autor de diversos livros sobre o tema, como *ABC de Boas Maneiras, A Arte de Beber, A nobre Arte de Comer, Guia de Boas Maneiras, Só para homens e Snobérrimo*.

O presente estudo parte de uma leitura dos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho, a saber, *Guia de Boas Maneiras, Só para homens e Snobérrimo*, a fim de analisar a delimitação de diferentes dimensões do papel social feminino proposta pelo autor e do espaço social projetado na idealização de situações e comportamentos e ainda a percepção de confluências, afastamentos e contradições entre os modelos de comportamento propostos nos referidos manuais de etiqueta.

Os três livros de Marcelino de Carvalho utilizados nessa pesquisa apresentam, de forma bastante esquemática e direta, informações e conselhos sobre as relações sociais e suas

---

(\*)<sup>(\*)</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP Assis, 2012). E-mail: joamuniz\_jr@hotmail. com.

normas, sendo possível a percepção da questão de gênero a partir de uma clara delimitação do comportamento masculino e feminino, em um modelo idealizado de masculinidade e feminilidade.

A adoção de uma perspectiva historiográfica dessa produção literária e das condições sociais nas quais ela se produziu nos permite conceber os livros de Marcelino de Carvalho como meios de legitimação e propagação de normas e princípios da civilidade das elites e dos grupos emergentes, nos quais a condição feminina é definida a partir dos ideais do que seria um alto padrão de comportamento e moralidade do período, em uma sociedade marcada por mudanças e processos de urbanização. Dessa forma, a nossa intenção seria problematizar os modelos de gênero presentes nas regras do “bom viver” das décadas de 60 e 70.

## **2 HISTÓRIA DAS MULHERES: UMA BREVE DISCUSSÃO**

Podemos começar com a seguinte questão: qual seria o significado de se fazer história das mulheres? Podemos encontrar diversas propostas, mas há uma que pode responder de forma simples e direta: a história das mulheres as faz existir, viver e ser (DEL PRIORE, 1997). É nesse sentido que se torna válido estudar alguns aspectos de como as mulheres no Brasil passaram por experiências complexas e alcançaram diversas conquistas.

Antes de nos debruçarmos sobre os três livros de Marcelino de Carvalho analisados nesta pesquisa, traçaremos uma breve discussão sobre o quadro histórico da sociedade brasileira no período que estudamos, com enfoque na situação da mulher.

No início do século XIX, a vida urbana era muito insignificante no Brasil, cuja população se concentrava principalmente na zona rural. Conforme o século XIX avança e com ele o processo de urbanização, as autoridades civis tomam medidas a fim de controlarem as ruas e regulamentarem a sua limpeza. O Estado também toma um conjunto de medidas higiênicas durante o Império que ajudam a melhorar a vida urbana no Brasil.

Dentro do processo de desenvolvimento das cidades e da vida burguesa, as famílias mais abastadas passaram a realizar festas e encontros em suas casas. Com isso, a ideia de família ficava mais ampla e a mulher submetida à avaliação e opinião de outras pessoas de fora do seu convívio familiar. A mulher das camadas mais abastadas passou a marcar presença em cafés, teatros. Mas essa vida mais livre tinha seu preço: ser constantemente vigiada pelo

pai, pelo marido, pela sociedade. A mulher tinha de aprender a se portar bem nos encontros sociais, tanto em casa quanto em locais públicos (Ver, por exemplo, D' INCAO, 1997).

A elite letrada, bem como médicos e a imprensa, formulam uma série de propostas com o intuito de redefinir o papel feminino no lar, reforçando na mentalidade da época novas dimensões do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos, prescrevendo para a mulher burguesa, novas atividades no interior da casa. A mulher burguesa tinha a incumbência de manter um relacionamento sexual casto com o esposo, vigiar a castidade das filhas, cuidar da educação geral dos descendentes (D' INCAO, 1997). Sobre o papel da mulher burguesa, Maria Ângela D'Incao (1997, p. 229) afirma que:

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível de prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima.

As elites, ao imporem a nova ordem, vão buscar apoio na medicina social, que defendia que as características biológicas da mulher eram: a fragilidade, o recato, o domínio do amor sobre a inteligência, a inclinação de ser mãe à frente da sexualidade. Segundo Rachel Soihet (1997, p. 363):

As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento.

O papel tradicional e restrito a ser desempenhado pelas mulheres das camadas mais elevadas da sociedade era o casamento e o cuidado dos filhos. A condição de casada significava por si só a ideia de um comportamento irrepreensível por parte da mulher. Sendo que essa ideia era compartilhada pelas mulheres de um modo geral, ou seja, sem distinção de segmento social a que pertenciam. Sendo assim:

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. (SOIHET, 1997, p. 368).

A partir da segunda metade do século XIX a configuração da família burguesa começa a mudar. A grande maioria dessas famílias passa para a zona urbana e ficam restritas ao marido, esposa e filhos. As normas de comportamento ficam mais flexíveis, desde que a boa aparência seja mantida. Aos poucos as emoções vão sendo controladas dentro do lar e do círculo social burguês (D' INCAO, 1997). Vale destacar que essas normas de comportamento

eram importantes no sentido de identificarem a condição social da mulher burguesa, além do fato de que apesar de aos poucos essas regras se tornarem mais flexíveis, ainda assim a figura feminina deveria se enquadrar nos padrões dos “bons modos”.

Nas primeiras décadas do século XX as elites procuraram desenvolver e aplicar na sociedade modelos de marido e esposa. Esses padrões contribuíram para que a importância social e econômica do trabalho feminino dentro de casa e a dificuldade do serviço doméstico fossem ocultadas, além disso, houve a limitação do campo de trabalho remunerado das mulheres. As autoras Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott afirmam que:

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. (MALUF e MOTT, 1998, p. 374).

Porém, não foram todas as mulheres que suportaram caladas os infortúnios da vida conjugal e assim conseguiram o divórcio; outras pregavam o sexo fora do casamento e sustentavam os filhos sem ajuda de um marido. Mas em grande escala o que permaneceu nesse período foram as diferenças de igualdade entre homens e mulheres.

No começo do século XX, é marcante a influência norte americana e europeia no modo de vida das mulheres de elite. Aos poucos as mulheres ricas foram deixando sua reclusão doméstica para desfrutar dos cafés, teatros, cinemas. Houve mudanças no modo de vestir, que se tornou mais alegre, com fortes influências da moda francesa. As mulheres pobres também participam, ainda que segundo suas condições, das mudanças que alcançaram a vida das elites (RAGO, 1997).

Esse quadro nos mostra como as influências culturais tanto dos Estados Unidos quanto da Europa atingiam não somente a mulher burguesa, com significativo poder de compra, mas também a mulher pobre. Ou seja, o comportamento feminino no Brasil, com todas as suas peculiaridades, era influenciado pelos modelos estrangeiros nas diversas camadas sociais, o que mudava era a forma como as figuras femininas expressavam essas influências.

Em um cenário em que a mulher cada vez mais se tornava participativa do mercado de trabalho e da vida pública, o trabalho feminino era alvo de diversas discussões. As moças que pertenciam às camadas médias e altas da sociedade eram o centro das discussões e preocupações com a questão de moralidade. Já as trabalhadoras pobres eram consideradas

ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como piores que as mulheres das camadas mais abastadas. Margareth Rago (1997, p. 585) salienta que:

[...] as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e atuação. Formava-se a moderna esfera pública, espaço em que as novas formas de interação social bem como as relações entre mulheres e homens, passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente franceses e ingleses.

O discurso tradicional concebia a mulher como inferior se comparada ao homem, sendo assim, conforme ela vai conquistando mais espaço, como exemplo, a questão do trabalho, esse discurso passa a se preocupar em como a mulher sofreria as influências dos novos ambientes. Porém, tal preocupação não parece ser direcionada com tanto afínco à mulher pobre, já que esta era considerada ainda mais inferior se comparada à mulher dos extratos médio e alto da sociedade. Dessa forma, percebemos que a mulher das camadas populares sofria duplo preconceito: ser mulher e ser pobre.

O discurso moral que predominava durante os anos 1950 garantia às chamadas moças de família, o respeito da sociedade, um casamento segundo os padrões das elites. Já as moças que não se enquadravam nos modelos morais dominantes, a elas eram negadas todas as garantias oferecidas às primeiras. Nesse sentido, “A moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras a virtude, muitas vezes confundida com ignorância sexual e, sempre, relacionada à contenção sexual e à virgindade” (BASSANEZI, 1997, p. 613).

Se no começo do século XX as mudanças no comportamento feminino preocupavam os moralistas, que viam com maus olhos as influências norte americanas e europeias nos hábitos das brasileiras, esse quadro não vai mudar durante os anos 50, na verdade a preocupação com a moral vai se intensificar a medida que as transformações também avançam. O *rock' n roll* e o *American way of life* ou modo de vida americano, por exemplo, tiveram fortes influências sobre as moças, que inspiradas nos filmes americanos mudaram comportamentos relacionados à sexualidade, passaram a se comportar de maneira mais informal. Havia uma constante preocupação na educação para o autocontrole das moças de família. Entretanto, como nos mostra Carla Bassanezi (1997, p. 622):

Tantas preocupações, regras e advertências não impediram que muitas moças, com maior ou menor ousadia, fugissem aos padrões estabelecidos. A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade das roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta ou

abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade (...) para viver prazeres eróticos muito além dos limites definidos.  
[...] seus questionamentos e contestações colocaram em perigo as normas de comportamento e contribuíram para a ampliação dos limites estabelecidos para o feminino.

Outro exemplo marcante das mudanças do comportamento feminino em relação à sexualidade durante esse período é nos dado por Esther Hamburger ao tratar da questão da televisão brasileira, nas palavras da autora: “A primeira novela (...) da televisão brasileira, *Sua vida me pertence* (1951), chamou a atenção por um beijo ardente” (HAMBURGUER, 1998, p. 471). Entretanto, havia certo receio em representar de forma mais aberta a intimidade entre o homem e a mulher, pois havia a preocupação em se manter em conformidade com o modelo burguês de comportamento, tanto social quanto privado.

A sociedade dessa época concebia a figura da mulher como um ser frágil, dependente, que deveria ser tutelada pelo pai, depois pelo marido. Nesse contexto, o casamento segundo os padrões das elites definia o papel do homem como chefe da família e mantenedor do lar. A mulher era definida como circunscrita ao âmbito doméstico, tendo o marido e os filhos como o centro de sua vida, realizando as suas obrigações sempre com bom humor, paciência e abnegação, além é claro de ter uma conduta moral irrepreensível.

A esposa deveria cuidar da aparência e sempre receber bem o marido que voltava do trabalho, disposta a suportar todas as cargas no cuidado do lar e dos filhos e nunca reclamar de nada ao marido. A boa administração doméstica era outra tarefa a ser desempenhada pela mulher. A boa esposa era aquela que sabia tudo o que o marido precisava e o que ele mais gostava, era sempre agradável e disposta. Não podemos esquecer, no entanto, que muitas mulheres resistiram com coragem, determinação e criatividade, renovaram hábitos e contribuíram para as mudanças do seu tempo. Como por exemplo, mulheres que se separaram de seus maridos e casais das classes mais abastadas que mantinham uma união sem o apoio legal ou religioso.

Muito da mentalidade burguesa que ao longo do século XX foi se consolidando como um modelo de vida social que busca se impor a toda à sociedade brasileira encontra-se presente nas três obras de Marcelino de Carvalho analisadas nesta pesquisa. Nos três livros, são apresentadas ideias de um homem culto, claramente influenciado pela cultura francesa, sendo que os ensinamentos do autor se voltam para os grupos de elites e para os grupos emergentes.

Nos seus manuais de etiqueta, ao tratar das formas como as pessoas deveriam se cumprimentar, se sociabilizar, agir, Marcelino de Carvalho reflete um conjunto de códigos de comportamento aceito, praticado e valorizado por um determinado grupo social, a burguesia. Todavia, cada item do manual de etiqueta diz respeito a nada mais nada menos que os usos que são feitos do e com o corpo humano; cada gesto e expressão corporal não é algo inventado de maneira particular, na verdade os hábitos corporais são uma espécie de herança sociocultural (MAUSS, 2003). A forma de sentar-se à mesa, de beber, as normas implícitas que permeiam as relações sociais, o comportamento em público e no âmbito privado, são práticas ligadas a um arcabouço social e cultural. As mudanças pelas quais passa este processo de civilidade são possíveis de perceber ao se analisar a forma como os manuais de etiqueta sofrem mudanças ao longo do tempo (ELIAS, 1994).

Inicialmente, por exemplo, em um determinado período de tempo, uma série de manuais de etiqueta exortavam seus leitores no sentido de não lançarem a mão diretamente na travessa de carne, mas antes, usassem um talher para se servir. Após certo período, este tipo de recomendação praticamente desaparecia dos manuais de etiqueta. Isto permite pensar que à medida que certo comportamento ia sendo incorporado pela sociedade, não haveria necessidade de se voltar a tocar sempre no mesmo assunto (ELIAS, 1994). Nota-se que não foram os manuais de etiqueta que fabricaram as formas de civilidade, uma vez que este tipo de texto não seria uma invenção de um único autor. Pelo contrário, os manuais de etiqueta são produto de uma experiência compartilhada socialmente e localizada no tempo e no espaço.

Em seu texto, *As técnicas do corpo*, Marcel Mauss (2003) faz uma reflexão a respeito da diversidade dos hábitos corporais do homem, condicionado a fatores “psico-socio-históricos”. Segundo Mauss, os hábitos são próprios de cada sociedade, sendo que tais hábitos são chamados pelo autor de “técnicas do corpo”, que por sua vez são “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (MAUSS, 2003, p. 401), Portanto, tudo que utiliza o corpo humano como maneira de expressão e ação, a forma de caminhar, de nadar, de comer, de beber, a prática sexual, enfim, está condicionado à vida social.

Mauss (2003) destaca que as técnicas do corpo são dinâmicas, de forma que há uma “adaptação constante a um objeto físico, mecânico, químico (por exemplo, quando bebemos) é efetuada numa série de atos montados, e montados no indivíduo não simplesmente por ele

próprio mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa” (MAUSS, 2003, p. 408). Além de cada ato humano não ser uma autoria individual e sim fruto de interações e de relações sociais, a forma com que cada pessoa age em sociedade é produto de uma educação e da posição que ocupa no meio em que vive.

Os manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho são resultado de uma demanda social. Mauss (2003), permite pensar que as orientações presentes nas obras de Carvalho refletem e orientam os atos montados de forma coletiva a partir de uma educação que estratifica a posição de cada membro do corpo social. Os manuais de boas maneiras escritos por Carvalho têm uma função educativa e seletiva; educativa, pois aponta quais caminhos a serem percorridos e como se portar nesta caminhada a fim de se chegar o mais longe possível na escalada social; seletiva porque a vida nos altos círculos sociais, público alvo do autor, é restrita e restritiva aos que dela já fazem parte ou àqueles que porventura conseguem a ela chegar e serem reconhecidos pelos primeiros.

A obra de Norbert Elias, *O processo civilizador: uma história dos costumes*, aborda o processo de mudança nos costumes do homem ocidental, leia-se europeu, de finais da Idade Média até a Modernidade. Um dos objetivos de Elias é mostrar as transformações nos costumes, abarcando mudanças nas maneiras associadas à mesa, à forma de comer, atitudes em relação às funções corporais, comportamento no quarto de dormir, entre outras. Norbert Elias faz uma análise a partir da definição de como as pessoas de diversas épocas entendiam um determinado comportamento, para dali chegar ao comportamento propriamente dito. O autor se propõe responder como e porque a sociedade ocidental passou de um padrão para o outro, do padrão de civilidade para o de civilização.

Um dos aspectos que nos chama a atenção neste livro de Elias, seria a análise que o autor faz a fim de explicar a sociogênese do conceito de civilidade. Vale destacar, sucintamente, a análise de Elias a respeito do livro *De civilitate murum pueilium* (Da civilidade em crianças), de Erasmo de Rotterdam, obra esta que veio ao conhecimento público pela primeira vez em 1530. Na obra supracitada, dedicada ao filho de um nobre, Erasmo discute as boas maneiras, retrabalhando o conceito de civilidade.

Elias afirma que os preceitos contidos no trabalho de Erasmo de Rotterdam são incorporações da estrutura mental e emocional da classe alta secular da Idade Média. Assim como na análise da obra de Erasmo, em seu trabalho, Norbert Elias não usa os livros de boas



maneiras como objetos de estudo em si mesmos, mas seria por meio deles que o autor busca obter informações sobre a estrutura mental e emocional do período estudado.

Servimo-nos, sobretudo, das análises de Elias concernente às mudanças de comportamento ao longo do tempo no Mundo Ocidental, e, mais especificamente, a orientação do autor no sentido de que os livros sobre boas maneiras não são produtos individualizados, inventados por um autor, pelo contrário, estas obras são resultado de algo compartilhado, em maior ou menor grau, socialmente. É o caso de Marcelino de Carvalho, seus manuais de boas maneiras não são fruto de sua, e apenas sua, concepção do que seria aceito, educado ou que mostrasse refinamento nas relações sociais. As obras de Carvalho são, antes de tudo, produto de uma época e por isso mesmo servem para análise de tal período, em nosso caso, a fim de estudar a fabricação do feminino nestes manuais.

### **3 A MULHER EM *GUIA DE BOAS MANEIRAS, SNOBÉRRIMO E SÓ PARA HOMENS***

Nas três obras analisadas, de forma esquemática e sucinta, Marcelino de Carvalho se preocupa em trazer à tona temas relacionados à convivência social, sendo possível percebermos a questão de gênero no contexto de uma visível delimitação do comportamento do homem e da mulher em um padrão ideal de masculinidade e feminilidade.

Marcelino de Carvalho discute e aconselha sobre questões tais como as formas corretas de pôr a mesa, quais cardápios servir para cada ocasião, como realizar saudações e apresentações, as maneiras corretas de se vestir e comportar para e em cada reunião social, regras gerais e específicas destinadas a anfitriões e convidados, como conversar e até mesmo como obter sucesso na vida mediante uma conduta social regrada conforme o modelo idealizado pelos grupos de elite. Todavia, o nosso interesse aqui não se trata de estudar as regras de boa conduta elaboradas por Marcelino de Carvalho como um fim em si mesmas, pelo contrário, o nosso objetivo é analisar a fabricação do feminino nesses manuais de etiqueta a fim de que possamos estudar basicamente como a sociedade burguesa da época entendia e idealizava, bem como preconizava não somente a relação homem-mulher, mas também seus papéis sociais.

Vale a pena apontarmos em poucas linhas, já que este não é nosso objetivo principal, os temas abordados em cada uma das três obras de Marcelino de Carvalho aqui analisadas.

Em nosso estudo utilizamos a terceira edição de *Guia de Boas Maneiras* (1962), na qual o autor distribui em capítulos, temas como a apresentação, saudação, comportamento à mesa, modos de servir a mesa, dicas sobre bebidas, convites, conversa, entre outros, sendo que essas informações serviriam para nortear as elites ou os grupos emergentes sobre os meandros das relações sociais. No livro *Snobérrimo* (1966), é mantido o mesmo esquema de manual de boas maneiras, nele, o autor defende o pensamento de que a educação é fruto tanto do aprendizado de informações quanto de comportamentos, para tanto, família, boa educação escolar e orientações sobre o “bem viver”, fariam toda a diferença. Por fim, em *Só Para Homens* (1969), que em nossa análise utilizamos a segunda edição, Marcelino de Carvalho apresenta conselhos e alertas sobre como um homem que tenha ou queira alcançar *status* social deve se comportar em matéria de vestimenta, relacionamentos, reuniões sociais.

Nas três obras analisadas em nossa pesquisa, Marcelino de Carvalho constantemente reforça uma hierarquia de classe e de gênero, justificando que para ocupar uma determinada posição na sociedade o indivíduo deveria “ser digno” ou não. Como pode ser observado em dois trechos de *Snobérrimo*: “Não é difícil para rapazes que têm algumas gerações de colarinho, de sal de frutas e de *Scrubbs’ Ammonia*, conseguir essa posição tão procurada e ambicionada, quando se tem só vinte anos.” (CARVALHO, 1966, p. 21). Como também em: “Ninguém precisa ler esses cacetíssimos manuais de saber viver, que forçam atitudes rijas e incômodas. Um rapaz bem nascido já traz no sangue dez ou doze gerações dessas regras, que seus antepassados mastigaram, digeriram e assimilaram”. (CARVALHO, 1966, p. 70).

A hierarquia de gênero, tanto quanto a de classe, também é claramente delimitada pelo autor, sendo que ao homem é destinado o papel de marido e mantenedor do lar, enquanto que à mulher está reservada a tríade missão de mãe-esposa-dona de casa. Mais adiante, vamos explorar com mais cuidado como as normas e princípios da civilidade das elites e dos grupos emergentes se fazem presentes na obra de Marcelino de Carvalho e ainda, problematizar os referenciais de gênero presentes nas regras do “bom viver” do período.

## **1 Boas maneiras**

Marcelino de Carvalho ao apresentar os rigores e os nuances do comportamento idealizado, permite-nos analisar a condição feminina a partir dos ideais do que seria, na época,

refinado e estar de acordo não apenas com a moral dominante, mas também com a ideia de Mauss (2003) a respeito das “técnicas do corpo” que são atos localizados e compartilhados sócio culturalmente. Logo na primeira parte de *Guia de Boas Maneiras*, o autor ao tratar do tema “Apresentação”, define claramente as regras hierárquicas desse ato social: “Apresenta-se sempre a pessoa menos importante à mais importante. (...) Os graus são de idade, de sexo, de posição social ou política” (CARVALHO, 1962, p. 3). Fica evidente a presença de uma hierarquização social na qual o homem recebe primazia em relação a mulher e a posição social considerada mais elevada sobre a considerada menos relevante.

A sinuosidade da vida social conforme apresentada por Marcelino de Carvalho não fica restrita apenas à questão da apresentação social. O autor se estende ao falar sobre o “Saudar”. Vale destacar que neste aspecto existe uma série de alertas dados por ele e que mais uma vez sobressaem as regras de evidenciação hierárquica da sociedade como também as relações de gênero. Um homem não poderia beijar a mão de uma mulher se esta fosse solteira, se estivesse com as mãos enluvadas, sendo que havia ainda determinados lugares em que o ato de beijar a mão de uma dama não poderia acontecer, como por exemplo, em lugares ao ar livre, e mais, um homem não necessitaria beijar todas as mãos de todas as mulheres presentes, essa ação ficaria restrita à dona da casa ou às senhoras de mais elevada posição social.

A seção “à mesa” revela mais uma oportunidade de analisarmos o comportamento que Marcelino invoca como sendo o mais correto de se estabelecer. À mulher, no papel de dona da casa, fica reservada a missão de saber como distribuir cada convidado, segundo o grau de importância social e sexo de cada um, ao redor da mesa. É ainda a anfitriã a responsável pelo teor e rumo que a conversa adquire durante o jantar. Vale notar que é ela quem tem a incumbência de, discretamente, ordenar que se sirva a mesa.

Seria se não ingênuo, ao menos simplista pensar que a mulher por exercer essas funções estivesse em posição de igualdade em relação ao homem, na verdade, o que ocorre é que esse papel da mulher à mesa é mais pela ideia dominante no período de que o homem teria coisas mais importantes para fazer e não deveria se preocupar com esse tipo de tarefa. Não que o jantar não fosse valorizado enquanto ato social, pelo contrário, era e muito, o que ocorre é que tudo o que fosse ligado à função da mulher enquanto dona de casa – no caso, a organização de um jantar – deveria ficar restrito à figura feminina.

Ao tratar do mesmo assunto em *Só Para Homens*, Marcelino de Carvalho orienta o leitor do sexo masculino, já que a obra é concebida como uma leitura primordialmente destinada a este sexo, a distribuir as mulheres à mesa buscando sempre dispor as mais bonitas em frente a eles ou em frente ao convidado de honra e as mais inteligentes ao lado destas. Pois “Assim divididas, as mulheres são os convidados mais preciosos e úteis em qualquer ambiente” (CARVALHO, 1969, p. 47). Os homens eram distribuídos ao redor da mesa mais em função da sua importância na sociedade, já as mulheres eram dispostas levando em conta seu grau de beleza e inteligência. Ao que parece, para Marcelino, beleza e inteligência são atributos que dificilmente encontra-se em uma mesma mulher, tendo um deles, no caso a beleza, a utilidade feminina é agradar a visão masculina, já para a que possui inteligência, ser útil significa proporcionar alto nível à conversa. Dessa forma, tanto a mulher considerada bela quanto a considerada inteligente, tinham a mesma função social: utilidade, uma espécie de enfeite cujo papel é agradar aos homens presentes.<sup>1</sup>

## 2 Minhas senhoras...

Em *Guia de Boas Maneiras*, Marcelino de Carvalho destina um capítulo exclusivamente às damas intitulado “Minhas Senhoras”, sobre as “Regras gerais e imutáveis no trajar feminino (...) O que se usa pela manhã, ao almoço, à tarde e à noite (...) O que nunca se deve fazer” (CARVALHO, 1962, p. 175). O autor estabelece duas regras básicas que orientam como a mulher deve se vestir: a primeira seria referente à hora do dia; a segunda regra se trata do lugar no qual a mulher vai estar. As regras estabelecidas nesta seção da obra são destinadas à mulher burguesa, de elite, uma vez que o autor faz menção a um estilo de vida que somente as camadas sociais consideradas em um patamar superior poderiam ostentar. Isso é evidente quando Marcelino afirma que pela manhã as:

Jóias são totalmente condenadas. Quando se diz jóias, subentendem-se, sobretudo as pedras preciosas. Jóias simples de ouro, *costume jewelry*, por exemplo, podem ser admitidas. Se não se quiser deixar em casa um brilhante de valor, de medo de ser roubado, deve-se virar a pedra para dentro. (CARVALHO, 1962, p. 175).

---

<sup>1</sup>Até mesmo quando Marcelino orienta os leitores do sexo masculino no sentido de darem atenção à mulher que se encontrar ao seu lado durante um jantar, o faz preocupado com o fato de a mulher não poder ficar calada muito tempo, estereotipando mais uma vez a mulher: figura que não sabe ou não pode estar calada por longo período de tempo.

A meticulosidade do texto em detalhar o comportamento feminino é tanta, que o autor chega ao ponto de estabelecer qual tipo de bolsa a mulher deve levar quando vai ao mercado, nesse caso, a orientação é de que a bolsa deve ser grande, de estilo esporte, a fim de ser capaz de conter todas as compras. Marcelino define ainda o momento correto em que a mulher deveria retirar o chapéu após chegar a sua casa: “Não há necessidade de precipitar-se para tanto; deve esperar ocasião oportuna” (CARVALHO, 1962, p.177). Ou seja, até mesmo ato de retirar o chapéu, ação que deveria ser espontânea uma vez que a mulher estaria dentro de sua própria casa, é marcada por uma regra de comportamento.

Se o autor estabelece quando e o que a mulher deve vestir, ele também apresenta “algumas regras, que devem ser seguidas rigorosamente” (CARVALHO, 1962, p.177) no que diz respeito a um comportamento feminino discreto. Nesse ponto, Marcelino de Carvalho segue a mentalidade dominante da época, conforme nos lembra Soihet (1997), sobre aquilo que é considerado um comportamento recatado da parte da mulher ao vestir-se. Todavia, o autor usa de eufemismo para tratar do assunto: “Nunca exagerar a moda da estação. (...) As formas também não devem marcar demasiadamente a silhueta, dando a impressão antes de maiô do que de vestido” (CARVALHO, 1962, p. 177). Nota-se que ele não fala abertamente a respeito de bons costumes, mas para o leitor da época isso era percebido nas entrelinhas.

### **3 Casamento**

O tema casamento é tratado nas três obras de Marcelino de Carvalho analisadas neste estudo. Em uma rápida definição de casamento o autor afirma que “homens e mulheres acabam, quase sempre, casando, porque o matrimônio lhes parece uma espécie de porto seguro neste vale de lágrimas” (CARVALHO, 1969, p. 161).

Em *Guia de Boas Maneiras*, o autor aborda a questão do matrimônio em um nível mais formal, sua preocupação é estabelecer como funcionam as regras sobre o pedido de casamento, o convite, os documentos para os serviços civil e o religioso, decoração do templo, como os noivos devem se vestir, as regras sobre os presentes, mas não se aprofunda sobre o relacionamento entre marido e mulher, as relações de gênero.

O autor confere ao ato do pai do moço de ir conversar com o pai da futura nora – no caso da falta do primeiro quem deveria desempenhar esse papel seria a mãe e na falta desta,

um amigo próximo – a fim de oficializar o pedido de casamento um caráter de significativa importância, sendo que Marcelino reconhece que na contemporaneidade em que escreve esse tipo de atitude já não é mais tão observada, mas salienta que esta é uma regra a ser seguida.

Note-se, que se por um lado já nessa época haver a abertura de os jovens terem senão a total liberdade ao menos a possibilidade de escolha quanto ao seu futuro cônjuge, por outro é evidente a influência dos pais nas escolhas dos filhos na questão matrimonial. Uma leitura mais atenta permite perceber que o matrimônio é, na concepção do autor e de sua época, a consequência natural de um processo que começa com o namoro que por sua vez leva ao noivado e este ao casamento.

Em *Só Para Homens*, o autor mantém a sua posição em relação às regras que ditam o ritmo e as ações relacionadas ao casamento, como também a necessidade do encontro entre os pais dos noivos a fim de selar a futura união matrimonial dos filhos, com exceção de que nesta obra, Marcelino de Carvalho emprega o termo em inglês *flirt* como uma etapa que antecede o namoro, mas mantém a ideia de o casamento ser a consequência natural de um processo que começa com o *flirt*. Uma das facetas do papel feminino no interior do relacionamento conjugal pode ser observada na seguinte passagem do livro:

Os outros atos que se seguem ao casamento – nascimento, batizado e primeira comunhão – são muito mais uma atribuição feminina do que masculina e passamos sobre eles como gato sobre brasa, porque não temos a menor intenção de interferir em procedimento que não seja estritamente masculino. (CARVALHO, 1969, p. 57).

Neste trecho da obra está intrinsecamente presente a ideia de que o cuidado com os filhos é um papel da mulher, não que o homem não tenha de dar sua parcela de contribuição, notemos que o autor não afirma tal coisa, mas sim que isso seria “muito mais uma atribuição feminina do que masculina”. Todavia, existe mais um ponto merecedor de destaque: ao afirmar que nascimento, batizado e primeira comunhão são atos que acontecem após o casamento, o texto deixa implícito alguns aspectos da moral idealizados pela sociedade, qual seja, a prática do sexo é moralmente aceita na circunscrição matrimonial. Além disso, nos mostra que Marcelino de Carvalho compartilhava a ideia de que ter filhos seria uma *(con)sequência* esperada de uma união matrimonial.

Ainda em *Só Para Homens*, Carvalho destina um capítulo exclusivamente para discorrer a respeito do casamento. Nesta seção, o autor dá mostras de uma vasta erudição ao destacar as ideias de diversos pensadores, escritores, como por exemplo, Roederel, Voltaire,

Pitaco, Bacon, Tales de Mileto, Sacha Guitry, Rousseau, Plutarco, que em algum momento se expressaram a respeito do matrimônio. As ideias em destaque gravitam em torno de duas concepções do casamento: a de um bem que vale a pena investir e a de um mal que deve ser encarado ou se possível, evitado. Somente para citar um pensador que Marcelino utiliza a fim de exemplificar a primeira ideia, ou seja, a de que o casamento é uma realidade boa e proveitosa, vamos tomar a definição de Roederel citado pelo autor:

O casamento é um laço sagrado que forma uma unidade forte e perfeita de duas existências incompletas, torna comuns a ambos as vantagens próprias a cada um, faz que cada cônjuge aproveite os dons diferentes que os dois sexos receberam da natureza, transmite a um a força e ao outro a doçura, ao primeiro, a justiça do espírito, e ao outro a doçura, ao primeiro, a justiça do espírito, e ao outro, a sagacidade, acrescenta à consciência de cada um o valor do outro, duplica a força intelectual e a energia moral dos dois... (CARVALHO, 1969, p. 161).

Marcelino de Carvalho entende ser esta uma visão um tanto romântica do amor, talvez positiva demais, pois afirma: “O trecho é longo *e talvez seja verdadeiro*” (CARVALHO, 1969, p. 162, grifo nosso) e continua sua exposição sobre as concepções acerca do matrimônio, dessa vez a fim de contrapor a visão de Roederel cita o pensamento de Sacha Guitry que afirma ser o casamento “[...] como uma praça de guerra sitiada: os que estão dentro querem dela sair e os que estão fora desejam nela entrar.” (CARVALHO, 1969, p. 162). Mas o que chama a atenção no texto é a preocupação do autor em não se posicionar claramente a respeito dos prós e dos contras no que diz respeito ao casamento, embora possamos entender que por meio dos exemplos que ele usa somado aos comentários que realiza sobre cada um, fica a impressão de que Marcelino não concorda totalmente nem com uma visão puramente otimista acerca do matrimônio, nem com uma concepção meramente pessimista. Na verdade, o autor dá pistas de entender que o casamento é uma instituição válida, com aspectos positivos, mas ao mesmo tempo com particularidades espinhosas.

Se em *Guia de Boas Maneiras*, Marcelino de Carvalho não se preocupa em abordar os aspectos do casamento em relação ao cotidiano ou em matéria de relacionamento – tratando apenas das regras formais e das questões legais –, e se em *Só Para Homens*, o autor apresenta as concepções de vários pensadores, filósofos, sobre o matrimônio sem tomar claramente uma posição a favor ou contra a instituição casamento, isso mais uma vez ocorre em *Snobérrimo*: “Acontece, às vezes, que um rapaz tenha tido o juízo ou a fraqueza de não ter se casado.” (CARVALHO, 1966, p. 73). Marcelino não se limita a destacar os prós e contras sobre a situação de um jovem que ainda não tenha contraído núpcias, ele vai mais além e idealiza a

figura de um homem solteiro: “O solteirão de trinta anos é, em geral, um homem alegre. Não tendo que pensar senão em si mesmo, reduzindo ao mínimo seus compromissos sérios, está quase sempre bem humorado e é otimista por exclusão”. (CARVALHO, 1966, p. 73).

Se em *Snobérrimo* a figura do homem solteiro é idealizada de forma positiva, o mesmo não se pode dizer quando Marcelino aborda a mesma questão em *Só Para Homens*: “Não resta dúvida de que o celibato não é o ideal como estado civil e que o celibatário está sempre arriscado a ficar a cada dia mais solitário com todos os males que a solidão pode acarretar” (CARVALHO, 1969, p. 165). Essa sentença nos mostra de forma um pouco mais clara a posição de Carvalho a respeito do casamento, pois o autor apesar de entender esta instituição como algo bom, ele também a visualiza como servindo muito mais ao homem que à mulher; pois ao conceber o viver sozinho como sendo negativo à medida que o tempo passa na vida de um homem e defender o casamento como uma solução para este dilema, Marcelino não o faz pensando na mulher, mas sim no benefício que esta proporcionaria ao homem livrando-o dos “males que a solidão pode acarretar”.

Ao se colocar em evidência o contraste entre as ideias de Marcelino acerca deste assunto e a realidade atual, é possível explicar não só mudanças inegáveis como permanências negadas. Ou seja, atualmente o casamento é uma instituição em rearranjo, no qual a ideia de família nuclear, constituída pelo pai (mantenedor), pela mãe (dona de casa) e pelos filhos, passa por reformulações que vão desde pais solteiros cuidando dos filhos até a união homossexual com direito à adoção de filhos. Todavia, apesar das mudanças, há permanências: muitas mulheres conquistaram o direito de trabalhar fora, sim, mas também arcam com uma dupla, senão tripla jornada. Além de darem conta do trabalho assalariado, precisam atender ao serviço doméstico e ainda o cuidar dos filhos. Desta forma, assim como para o autor de *Só Para Homens*, parece que o casamento, em muitos casos, continua servindo muito mais ao homem que à mulher.

#### **4 Divórcio**



Em *Só Para Homens* há um capítulo intitulado “Divórcio” (CARVALHO, 1969, p. 169), no qual o autor entende que a separação<sup>2</sup>, em consequência de um casamento que não corresponde às expectativas do casal, é admitida como válido. No texto são apontados alguns motivos para o divórcio:

Uma pontinha exagerada de ciúme; um tique que um dos dois não soube ou não quis conter; um hábito velho que não foi posto de lado, já que o casamento é uma outra vida; uma leviandade, que a parte contrária preferiu enfrentar do que vencer pelos flancos; uma implicância com uma empregada ou bife sempre mal cortado pela cozinheira; uma flor que o marido não levou no segundo aniversário do casamento ou no terceiro do primeiro encontro; uma incompreensão sexual, tantas vezes com conserto (...) e a sala de banho, que é usada pela manhã: o marido que está dentro se irrita, porque ela bate à porta, dizendo que espera há meia hora e a mulher do lado de fora embravece, porque ele fala em cinco minutos. (CARVALHO, 1969, p. 172).

O texto sustenta que uma discussão que começa pela manhã, segue até à hora do almoço e à noite os cônjuges ainda se encontram exaltados, a solução seria “uma trégua amorosa, que relaxa os nervos” (CARVALHO, 1969, p. 172), do contrário, os problemas se prolongam para o dia seguinte e podem se tornar um hábito. Nota-se que uma das soluções, posta nas entrelinhas, para que se resolvam os atritos diários da vida conjugal, é a relação sexual como terapia amorosa: “À noite, ainda os ânimos estão exaltados e, a não ser que haja uma trégua amorosa, que relaxa os nervos, o mal-estar promete chegar ao dia imediato e tornar-se hábito.” (CARVALHO, 1969, p. 172).

Os motivos que levam ao divórcio, aparentemente são banais, se analisados separadamente. Mas não nos cabe aqui, avaliar se Marcelino de Carvalho estaria certo ou errado ao apontar os motivos para o divórcio em sua época, na verdade, o que nos interessa é a visão do autor sobre o seu tempo. Neste caso, Marcelino não banaliza os motivos que geram um divórcio, para ele acontece que os hábitos que irritam um cônjuge ou a ambos, acabam se tornando diários e com o tempo se acumulam a ponto de ser irreversível a situação, a solução que se apresenta passa, então, a ser o divórcio.

Esse reconhecimento, essa aceitação do divórcio não somente em caso do comportamento adúltero, por exemplo, de um dos cônjuges, mas também como resultado de diferenças que não são possíveis de serem acertadas no interior de um matrimônio, nos mostram como a sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, se não aceitava aberta e

---

<sup>2</sup>O termo “divórcio”, aqui, é usado por Carvalho como sinônimo de separação. A publicação de *Só Para Homens* data de 1969, ou seja, cerca de 8 anos antes de ser aprovada no Brasil a Emenda Constitucional nº 9 que criou a figura do divórcio no país.

totalmente a separação de um casal, ao menos já admitia a possibilidade de que esta se realizasse. Mas a mentalidade da época concebia a realidade do divórcio somente em último caso, apenas se esgotassem todas as alternativas, tentativas de restaurar ou apontar um rumo certo para a união conjugal.

A solução para um casamento que se desmorona, apesar da resistência de setores mais conservadores da sociedade, já se apresenta na forma do divórcio em Marcelino de Carvalho. Mas segundo o autor, não basta o casal chegar à conclusão de que a solução para seus problemas matrimoniais é somente o divórcio, não, é necessário saber como e quando a separação deve ocorrer. E para o momento da separação, o autor se encarrega de dar algumas dicas ao cônjuge que está saindo de casa: “não o faça com espalhafato e batendo os pés e as portas. Vá-se embora, senão com um sorriso, ao menos com boa vontade, talvez até pedindo desculpas ‘de alguma coisa que fez’...” (CARVALHO, 1969, p. 170).

Se a maneira de se separar deve ser na base do comedimento emocional e de modos, não sem importância é o momento justo para que o casal se separe. Vale destacar que há orientações no sentido de que o divórcio não poderia ocorrer devido a banalidades como, por exemplo, uma discussão acalorada, em caso de haver dúvidas quanto a se separar ou não, o texto aconselha que se procure um amigo, desde que este seja alguém de confiança, e esse amigo talvez tenha a resposta por estar ao mesmo tempo a par da situação e também do lado de fora das questões, sendo assim, pode pensar com mais clareza do que os envolvidos diretamente pelo dilema. Todavia, se há o momento exato para que a separação seja efetuada, esta também não pode demorar demais. Pois uma convivência permeada de ódio, na qual os cônjuges passam a se portar como inimigos um do outro não seria aconselhável, segundo o texto. Portanto, “Que o divórcio não venha cedo ou tarde demais, se tiver mesmo que vir. Há uma hora justa para tal.” (CARVALHO, 1969, p. 171).

## **5 Sexualidade**

Sobre a questão da sexualidade, nas obras de Marcelino de Carvalho não há uma abordagem abrangente do tema, o mais perto de uma discussão sobre sexualidade seria quando o autor se debruça sobre o assunto adultério.

Marcelino aponta três tipos de homem que não enganam sua esposa: o primeiro, seria aquele que não o faz por princípios ou incapacidade; o segundo se trata do tipo que vê a

fidelidade conjugal com uma “certa volúpia”; e o terceiro, se refere ao homem que se cansou das aventuras extraconjugais e decidiu se “aposentar”.

Em *Snobérrimo*, o autor afirma que “Aventuras amorosas com dias e horas marcadas não satisfazem seus heróis e tornam-se logo um hábito aborrecido. O adultério, está tão fora de moda...” (CARVALHO, 1966, p. 73). Esse pensamento não se trata somente de uma opinião pessoal do autor, pois indica uma demanda social a respeito do tema, uma vez que tal questão é discutida em outros volumes da sua obra, como é o caso de *Só Para Homens*.

A partir de uma perspectiva masculina, o autor afirma que o comportamento de um homem que se aventura sexualmente além dos limites do matrimônio torna-se, em alguns casos, ainda mais amoroso em relação à mulher legítima, não porque cometeu adultério e sente remorsos, mas porque ao cometer o “delito” em si, já passa a ter um comportamento mais afetivo com sua esposa.

O autor justifica que o uso da palavra “delito” não foi com o intuito de condenar ninguém, pois, apesar de o adultério ser reconhecidamente um desvio da conduta tida como normal naquela época, ainda assim, em se tratando de um homem esse comportamento era justificável. Carvalho defende não ser possível condenar o adultério, mas isso em relação ao adultério masculino, o feminino continua sendo inadmissível.<sup>3</sup>

Existe no texto não só uma certa banalização da infidelidade masculina, pois o marido é infiel “frequentemente, sem intenção do mal” (CARVALHO, 1969, p. 132), mas também uma naturalização do adultério, isto é, no caso de um homem adúltero, ele age dessa forma devido à “sua própria natureza, comete a infidelidade, muitas vezes quase sem perceber o que faz...” (CARVALHO, 1969, p. 134).

Há uma justificativa biológica para a infidelidade masculina, o homem é concebido, não todos, mas sim a natureza masculina em seu sentido abstrato, como um ser naturalmente polígamo. Como condenar algo que a própria natureza se encarregou de determinar? Basta à mulher aceitar a situação como fato consumado e se sujeitar à vontade do homem, assim era o pensamento da época.

O texto defende a ideia de que no Brasil o adultério é visto como um “pecado social e não humano”, isto é, desde que a sociedade não saiba do caso de um marido infiel, não

---

<sup>3</sup> “Ninguém pode – nos dias que vão – atirar pedras ou condenar o adultério numa época de tumulto social, moral e humano” (CARVALHO, 1969, p. 132).

haveria o porquê de a esposa se preocupar. O mal não estaria em ter aventuras extraconjugais, mas sim caso essas aventuras caíssem no domínio público. Mesmo assim, haveria uma série de atenuantes para o adultério, desde que este fosse da parte do homem. Há casos, na visão do autor, em que o cônjuge adúltero colocaria sua infidelidade acima do “sofrimento ou do ridículo” que poderiam causar a sociedade, por isso, não seria realmente um adultério, digamos, completo, consumado em todos os sentidos do termo. Se por ventura o casal, no interior do matrimônio, venha a nutrir um sentimento profundo em relação um ao outro, o conselho do autor é para que tudo seja posto numa balança antes de se dizer que foi realmente adultério, pois se os cônjuges se amam tanto, não haveria sentido destruir tudo o que há de bom no relacionamento apenas se um deles, leia-se o homem, vier a trair o outro.

Há no texto inclusive dicas para que o cônjuge adúltero mantenha em sigilo suas aventuras extraconjugais. Mas alguém poderia indagar: se existe o adultério masculino, então é porque existe a mulher adúltera, sim e não ao mesmo tempo, pois nem sempre a mulher com quem um homem casado *cometia* o ato de infidelidade necessariamente seria também casada, ou ainda, nem sempre era da mesma camada social, nesse caso, fazia-se vista grossa, pois havia a justificativa de que a mulher legítima não teria que se preocupar com uma rival de um patamar social considerado abaixo do seu próprio.

A moral dominante da época idealizava um modelo para a figura feminina, que deveria se conservar casta ao seu marido. O autor afirma, de certa forma, que o modelo de esposa fiel e casta é imposto às mulheres de elite no período, mas acaba sendo relativizado, com criatividade e adaptações, pelos outros estratos sociais. Não custa lembrar que quando falamos de modelo, isso não significa que não houvesse mulheres, que em maior ou menor grau, ousaram fugir aos padrões estabelecidos. Pois a mulher burguesa sofria constante vigilância, tanto do marido quanto da sociedade, sobre sua conduta. De modo que, o adultério feminino era mais difícil devido à vigilância, mas não era de todo impossível.

Segundo as dicas no caso do adultério, o texto destaca que quem tem a maior responsabilidade de manter em sigilo a relação ilegal é homem, sendo que o ideal seria tomar precauções para que nunca fosse pego em flagrante. A justificativa para a ideia de que o homem teria mais responsabilidade que a mulher, seria que ele “tem mais cabeça do que a mulher e, portanto, mais prudência” (CARVALHO, 1969, p. 133). Essa assertiva revela mais uma das diversas atitudes misóginas em relação à figura feminina e que o autor compartilha

dentro dos referenciais do senso comum daquele período – será que somente daquela época? – sobre a mulher.

## **6 O papel do homem**

O modelo que a sociedade burguesa estabelece para o homem, na concepção da época em que Marcelino de Carvalho produz seus manuais de etiqueta, é a figura do mantenedor do lar, o responsável pela segurança da esposa e dos filhos, reunindo na sua pessoa a autoridade de chefe de família. O autor defende que o “homem é o cabeça do casal” (CARVALHO, 1969, p. 180).

Em *Só Para Homens*, o papel da figura masculina é auxiliar a esposa em tarefas “que são mais fáceis para ele do que para ela.”, como exemplo, “providenciar passagens de viagem, despacho de bagagem, reservas de lugares para teatro e hotel...” (CARVALHO, 1969, p. 121). A ajuda que a mulher recebe do homem é fruto da generosidade deste e as tarefas destinadas a ele são, principalmente, atividades que requerem o uso do dinheiro, controlado rigorosamente pela figura do chefe de família.

As tarefas arroladas no texto não eram realmente difíceis para uma mulher, a questão é que dificilmente um marido confiaria em sua esposa em matéria financeira a ponto de deixar por conta dela o emprego das economias da família, que por sua vez eram conquistadas com o trabalho masculino, já que o modelo de mulher burguesa prescrito era o de dona de casa, ou seja, ela estava cerceada da liberdade de trabalhar fora do lar.

O autor defende que ainda que o homem confiasse em sua esposa a fim de deixar sob a responsabilidade dela a administração da renda familiar, esta atitude por parte do homem não seria bem quista pela sociedade.

## **7 O papel da mulher**

O modelo feminino da mulher burguesa se apoiava no tripé mãe-esposa-dona de casa, portanto, o centro da vida da mulher deveria ser o cuidado do marido e dos filhos, ou seja, ela deveria se empenhar em dar conta do serviço doméstico, do trabalho dos empregados, para que a casa se apresentasse sempre limpa, as refeições saborosas, enfim, um ambiente em que o marido se sentisse confortável.

Nas palavras de Marcelino, “É urgente que a mulher procure tornar-se necessária ao homem e tome como argumento a perfeição do lar e os cuidados que promove e conserva para ele sentir-se bem em casa” (CARVALHO, 1969, p. 121).

Note que o centro da atenção feminina deveria ser seu marido, ela não desempenhava suas funções como um fim em si mesmas ou para satisfazer suas aspirações, pois a vida de uma mulher burguesa casada era concebida única e exclusivamente para servir o homem com quem havia contraído núpcias.

A recompensa feminina para seu árduo trabalho doméstico, seu labor no cuidado dos filhos e na administração do lar, bem como sua atenção a fim de atender a todos os caprichos masculinos, seria que um marido satisfeito, “fica com mais segurança em casa, tem mais prazeres do que amolações e com mais boa vontade permanece no lar ou acompanha a mulher, onde ela planejou ir à noite ou à tarde. Essa boa disposição é fruto do zelo de uma boa companheira”. (CARVALHO, 1969, p. 121).

A responsabilidade pelo equilíbrio do lar estava sobre os ombros femininos, caso o marido tivesse uma conduta inadequada, como um adultério, por exemplo, a responsabilidade era de sua esposa, era ela a culpada pelos desvios do marido, seja por não ter cumprido bem o seu papel em alguma área das suas responsabilidades enquanto mãe-esposa-dona de casa, ou até mesmo por não se mostrar atraente e contribuir para que o homem buscasse fora aquilo que não encontrasse em casa.

O segredo para que o marido se mantivesse sempre em estado de paciência seria que:

Se ele verificar que sua roupa é sempre bem cuidada pela mulher e pela empregada que a mulher dirige; se a mesa é bem posta e os pratos saborosos e se ela procura evitar dissabores não contando, logo que ele entra em casa, as reações dos filhos e a ineficiência dos empregados... (CARVALHO, 1969, p. 121).

Todos esses “ses” são pressupostos que caso a mulher observasse, o resultado, como que num passe de mágica, seria um marido carinhoso, atencioso, compreensivo, paciente, presente, enfim tudo aquilo que uma mulher tinha de ser obrigatoriamente a fim de servir ao marido e com isso alcançar a benevolência deste.

Vale destacar que o pensamento da época entendia que comportamento da mulher deveria ser regrado e conduzido no sentido de satisfazer o marido e que o tratamento bondoso do marido era sempre resultado dos cuidados da esposa, nunca o contrário.

## 8 Misoginia

No começo do relacionamento, a orientação dada por Marcelino de Carvalho é para que o homem se mantenha alerta a fim de dar toda a atenção à mulher que se está conquistando, não que ao longo do tempo a atenção requerida por ela venha diminuir ou que ele não precise dedicar tanto de seu tempo à sua amada.

Na verdade, segundo o autor, a ânsia feminina por atenção do seu par masculino nunca diminui, a mulher quer sentir que é ela a dona do homem, mas essa atitude feminina, de querer ter a posse do homem, é encara por Carvalho como sendo “um tanto contra a natureza”, ou seja, o natural seria o homem dominar, seria a figura masculina ter o controle do relacionamento, mas a fim de conquistar a mulher, o homem é aconselhado a deixar que ela pense tê-lo em sua posse, enquanto que o contrário é que seria a realidade, e claro, o natural.

No capítulo intitulado “Como elas são”, de *Só Para Homens*, Marcelino defende que segundo estudiosos da mulher, que por sinal ele não cita quais são, o homem deve ouvir sempre o primeiro conselho feminino, fruto de seu instinto, isso porque “Se ela apela para o raciocínio, fracassa” (CARVALHO, 1969, p. 111). Esse pensamento transmite a noção da mulher como um ser que age por instinto, segundo a natureza, mas quando há a necessidade de pensar, raciocinar, o homem é chamado para cumprir seu papel, a mulher seria, segundo a concepção do autor e de sua época, destituída da capacidade de raciocinar, capacidade esta, exclusivamente e por excelência do homem.

O texto aconselha inclusive como o homem deve proceder para que a vida amorosa que ele divide com sua companheira não venha entrar em colapso devido ao marasmo que a vida a dois pode um dia alcançar. Para evitar esse mal, o homem deve empregar nem que seja “um longo e pesado crédito de favores materiais ou sentimentais” (CARVALHO, 1969, p. 127), ou seja, não deve poupar nenhum tipo de esforço a fim manter acesa a chama do amor.

Todavia, que essas manobras fiquem em segredo, aconselha Marcelino de Carvalho, caso contrário, a mulher há de se sentir comprada, paga pelo seu amor e se ela se sentir assim, não perdoa o homem, por se sentir humilhada. Caso aconteça de a mulher ficar sabendo dessas ações do homem e ficar magoada, este não deve se empenhar numa discussão acalorada sobre a questão, a orientação do autor é a seguinte:

O homem que deixe a mulher fazer um exame de consciência – a maioria delas tem momentos assim – e sentir que agiu mal. Será sempre uma atitude dela mesma para

com ela. No fundo, o homem deve levar a mulher a raciocinar, mas como se ela o fizesse por livre espontânea vontade. (CARVALHO, 1969, p. 127).

Mais uma vez está presente no texto a ideia de que a mulher por si só não seria capaz de raciocinar, precisaria do auxílio masculino, mas este, não poderia deixar transparecer que estaria prestando um favor a ela, sendo que segundo o texto, seriam poucos os homens com essa habilidade de fazer a mulher pensar por si mesma em seus próprios erros e de forma submissa aceitar não só o apoio masculino, mas também a sua condescendência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos papéis feminino e masculino está condicionada aos aspectos sociais e culturais de cada época e as obras de Marcelino de Carvalho analisadas nesta pesquisa permite-nos estudar não apenas os manuais de etiqueta em si, conforme nos orienta Norbert Elias (1994), mas vislumbrar um pouco mais da mulher burguesa, entender como eram concebidas as regras para que seu comportamento se enquadrasse no modelo de mulher ideal da época; uma vez que estes manuais são a manifestação das convenções sociais sobre o modelo de homem e principalmente de mulher e nos mostram não somente esses modelos, mas também as relações de gênero e os conflitos entre homem e mulher.

Os manuais expressam um interesse das elites em estabelecer padrões para a conduta social. Mas não fica somente neste elemento, pois Marcelino não se preocupa apenas em apresentar as regras do “bom viver” em sociedade, ele vai além, orienta seus leitores em matéria de sexualidade, amor, relacionamento conjugal, criação de filhos, papel masculino e feminino, entre outros aspectos que embora ligados ao público, muitas vezes estavam circunscritos mais ao âmbito privado. Estas orientações, conforme propõe Mauss (2003), seriam práticas educativas que a sociedade passa aos seus membros que por sua vez as recebem e as empregam a partir de suas posições sociais.

A mulher teria alcançado alguns avanços em direção a sua emancipação já no período em que Marcelino escreve seus manuais? Com certeza. Ela já saía para o teatro, o cinema, à passeio, às compras, no geral acompanhada pelo marido, mas já não se encontrava mais confinada ao âmbito do lar. Podemos notar isso nas orientações que o autor confere, por exemplo, às mulheres que saíam às compras para que levassem bolsas grandes o suficiente para que trouxessem toda a mercadoria que tinham intenção de comprar. Entretanto, a figura feminina ainda é tutelada pela figura masculina.



Não temos a intenção de pintar a figura feminina da época em que os manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho são escritos com os estereótipos de um ser acabrunhado, frágil, dócil, sem criatividade, totalmente dominada pelo homem. Muitas mulheres vítimas de um sistema machista se rebelaram de várias maneiras em busca do seu espaço na sociedade. Luta essa que não foi ganha totalmente, mas pelo menos contradiz o falso senso comum de que a mulher era sempre submissa e incapacitada de se pôr em pé de igualdade em relação ao sexo oposto.

Por fim, os manuais de Marcelino de Carvalho permitem concluir que a sociedade da época definia claramente os papéis tanto do homem quanto da mulher. Muitas mulheres não se sujeitaram a esses modelos e se rebelaram contra a ordem burguesa estabelecida. E apesar de que estes fossem os arquétipos dominantes, de forma criativa e corajosa, muitas mulheres elaboraram estratégias para fugir desses padrões e abriram o caminho para que outras ampliassem o horizonte da emancipação feminina.

## Referências

ABREU, Marcia. et al. *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: FAPESP / Mercado de Letras, 2000.

ABREU, Marcia. SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: Objetos e práticas*. São Paulo: FAPESP / Mercado de Letras, 2005.

BASSANEZI, Carla. URSINI, Lesley Bombonato. O Cruzeiro e as Garotas. *Cadernos Pagu* (4) 1995.

BASSANEZI, Carla. URSINI, Lesley Bombonato. *Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas Femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org. et al). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997.

CARVALHO, Marcelino de. *Guia de boas maneiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

CARVALHO, Marcelino de. *Snobérrimo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

CARVALHO, Marcelino de. *Só para homens*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentidos*. Cultura Escrita: Entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DEL PRIORE, Mary. et al. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ Editora UNESP, 1997.

D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org. et al). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lília M. et al. *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.4, p. 471.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.3, p.367-421.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org. et al). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, v. 3, p.203.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. S. Paulo: Brasiliense, 1990.

ROTTERDAM, Erasmo. *A civilidade pueril*. Lisboa: Estampa, 1977.

SCHWARCZ, Lília M. et al. *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.4.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org. et al). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997.